



Faculdade de Ciências da Educação e da Saúde- FACES
Curso de Psicologia

Adolescentes abrigados: diferentes formas de subjetivação frente ao futuro

Thais Polonio Ribeirinho

Brasília
Julho de 2013

Adolescentes abrigados: diferentes formas de subjetivação frente ao futuro

Thais Polonio Ribeirinho

Monografia apresentada à Faculdade de Ciências da Educação e da Saúde do Centro Universitário de Brasília - UniCEUB como requisito parcial à conclusão do curso de Psicologia.

Professor-orientador: Prof. Dr. Fernando Luis González Rey

Brasília
Julho de 2013

Agradecimentos

Agradeço à minha família por ter respeitado a minha escolha de fazer uma segunda graduação e ter dado todo o tipo de apoio necessário pra que eu chegasse até aqui. Amor, carinho e segurança fazem toda a diferença na vida da gente, e isso eu tive a sorte de receber durante a vida inteira.

Agradeço ao meu marido, Hugo Macêdo, família nova e querida. Obrigada por ter escolhido ser meu companheiro na vida e em todas as loucuras que eu faço questão de encontrar e me engajar.

Agradeço aos amigos que ganhei durante essa caminhada. De todos os ganhos, esse foi o maior. Agradeço pelo apoio que eu recebi das pessoas que sabem das dificuldades e desgastes de se fazer uma graduação em psicologia.

Agradeço aos amigos de outros espaços, de outros tempos, mas ainda tão presentes em minha vida. Obrigada por, muitas vezes, compartilharem comigo suas incertezas e inseguranças diante de suas escolhas. Esses depoimentos me deram segurança diante das incertezas que me acompanharam.

Agradeço aos mestres-amigos-professores que encontrei nas salas de aula, nos corredores, na vida. Obrigada por se terem feito presentes nos momentos que eu mais precisei, mesmo que muitas vezes eu mesma não tenha percebido as minhas necessidades.

Obrigada às professoras Regina Pedroza (UnB) e Suzana Joffily, que me introduziram ao mundo das entidades de acolhimento e magistralmente me conduziram nos caminhos tortuosos que dentro delas trilhei.

Agradeço ao meu orientador, Fernando, que soube me proporcionar a liberdade que eu tanto precisava e, ao mesmo tempo, proporcionar também a segurança própria de quem respeita e deseja ver o crescimento dos seus alunos. Obrigada, a confiança que depositou em mim por todos esses semestres foi propulsora de um grande crescimento.

Agradeço aos adolescentes que compartilharam suas possibilidades de futuro comigo e em especial a F., sujeito dessa pesquisa, que com sua coragem em escancarar a sua história mostrou que já cresceu e se transformou em um incrível homem.

*“Um menino caminha
E caminhando chega no muro
E ali logo em frente
A esperar pela gente
O futuro está
E o futuro é uma astronave
Que tentamos pilotar
Não tem tempo, nem piedade
Nem tem hora de chegar
Sem pedir licença
Muda a nossa vida
E depois convida
A rir ou chorar”*

Guido Morra, Maurizio Fabrizio, Toquinho e Vinícius de Moraes

Sumário

Introdução	1
Fundamentação Teórica.....	4
Metodologia.....	19
Cenário de Pesquisa	20
Instrumentos.....	20
Participantes.....	21
Construção da Informação.....	23
Considerações Finais	34
Referências	39
Anexos.....	42
Anexo A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE - Adolescente	43
Anexo B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE – Responsável ...	45
Anexo C – Completamento de Frases.....	47

Resumo

A prática de acolhimento de crianças e adolescentes em ambiente institucional é ainda muito presente no Brasil, e o estudo desse tema é bastante precário no país. Essa pesquisa se propôs a dar voz aos adolescentes abrigados, através de um estudo de caso. Esse estudo parte da Teoria da Subjetividade de González Rey (2003, 2005, 2007). Essa construção teórica busca distanciar-se da visão dicotômica entre os processos de subjetivação individual e o sistema de relações sociais. Considerando essa base teórica escolhida para essa pesquisa, optou-se por usar a Epistemologia Qualitativa proposta por González Rey (2005). Afirmamos que é possível que os adolescentes que vivem em entidades de acolhimento se constituam enquanto sujeitos de forma que facilite a geração de alternativas psicológicas saudáveis. E é igualmente possível, também, que a subjetividade configurada dificulte a geração dessas alternativas, transformando-se em uma psique geradora de danos. As formas de subjetivação em relação ao futuro estarão também atreladas a essa complexa organização. A universalização das formas de constituição subjetiva não considera a singularidade dos processos que levam esses adolescentes a uma forma diferente de existência, desconsiderando o sujeito envolvido no problema e sua capacidade criativa e geradora de alternativas psicológicas.

Palavras-chave: adolescente, acolhimento, subjetividade.

A prática de acolhimento de crianças e adolescentes em ambiente institucional é ainda muito presente no Brasil. De acordo com Wolff e Fesseha (1998), esse é um fenômeno comum, particularmente no chamado Terceiro Mundo. De acordo com os autores, essa é a realidade nesses países, onde a cultura vigente ainda não vislumbra uma mudança de paradigma em relação a alternativas no cuidado infantil. No caso brasileiro, a despeito da determinação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990) que diz que pobreza não pode se tornar motivo para o acolhimento institucional de crianças e adolescentes, pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) (2003, citado por Cuneo, 2009) ainda aponta esse como o principal motivo para o afastamento de suas famílias de origem.

Pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2002, citado por Silva, 2004) traz alguns dados sobre a pobreza no país. De acordo com os resultados, 48,8% das crianças e 40% dos adolescentes brasileiros são considerados pobres ou miseráveis. Ainda, essa pesquisa revelou que 2,5 milhões de crianças e adolescentes morreram por motivo de danos ou lesões provocados por terceiros. Dessa forma, pelo grande número de pessoas vivendo em condição de pobreza no país, sendo essa a maior causa de acolhimento institucional, e pelo elevado número de violência contra a infância, faz-se importante o estudo do funcionamento das entidades de acolhimento e das condições de desenvolvimento oferecidas às crianças e adolescentes nessas instituições.

O estudo desse tema é ainda bastante precário no Brasil. Questões básicas como o levantamento dessas instituições e das crianças institucionalizadas ainda não estão sistematizadas (Rizzini & Rizzini, 2004; Weber, 1995; Oliveira, 2001, citado por Machado, 2011). Rizzini e Rizzini (2004) colocam que os números apresentados pelo governo não podem ser considerados confiáveis, já que se referem a apenas algumas instituições. Os autores afirmam, dessa forma, que não houve, então, uma contagem sistemática desse número de crianças e adolescentes institucionalizados.

Oliveira (2001, citado por Machado, 2011) vai além e diz que há uma grande diversidade nas formas de atendimento prestado nessas instituições e que tal diversidade dificulta conhecimento mais amplo desse quadro. De acordo com o autor, as Varas da Infância e Juventude esbarram em alguns obstáculos no esforço de fazer esse mapeamento, que são: “não há dados precisos sobre o número de entidades de acolhimento institucional que existem no País, o número de crianças e adolescentes atendidos e nem dados sobre a adequação das ações dessas instituições ao ECA” (p. 160).

Além da diversidade nos locais de acolhimento, Machado (2011) aponta também outros pontos de análise que retira a possibilidade de conceituação dessas instituições como locais homogêneos, com seu público homogêneo. A autora cita a diversidade dos motivos da institucionalização, o que denota os diferentes contextos em que essas crianças e adolescentes viviam. Também, já dentro das entidades de acolhimento, eles vivem diferentes situações. Alguns esperam a reintegração à sua família de origem, outros esperaram sua colocação em famílias substitutas. Ainda, há os que não tem a sua situação definida judicialmente.

Dessa forma, é possível observar que não há como pensar em uma homogeneidade de subjetividades existentes dentro dessas instituições. Toda essa diversidade encontrada colabora para a complexidade das relações existentes e consequentes formas diferentes de subjetivação. De acordo com González Rey (2007), o sujeito atua nos espaços sociais da mesma forma que também é constituído dentro desses, e é dessa forma que se dá a singularidade de cada um. Sempre existe a possibilidade de diferenciar-se dos outros sistemas (subjetividades de diferentes espaços sociais), de agir de forma criativa encontrando alternativas psicológicas para sua interação nos espaços sociais. É essa característica que explica o caráter gerador da psique e que permite reconhecer a atuação de um sujeito ativo.

O ECA (1990), como fruto das premissas lançadas pela Constituição Federal de 1988, foi baseado na ideia de crianças e adolescentes como sujeitos de direitos e prioridade absoluta

(Jauczura, 2008). No entanto, de acordo com Silva (n.d.), o ECA é construído em cima de premissas que denotam uma visão de infância homogênea e essencialista. Isso se dá, segundo a autora, pela necessidade de objetividade para a construção de políticas públicas a favor dos direitos humanos, como ocorreu com outros movimentos ao longo da História. No entanto, os pontos negativos dessa escolha política são a criação de novos contextos de exclusão e, principalmente, de penalização.

Outro problema que atinge a sociedade de maneira geral e, particularmente, as instituições de acolhimento é o problema da invisibilidade a que são submetidas as crianças e os adolescentes. Não é permitido que manifestem suas necessidades e seus desejos. Prevalece uma visão adultrocêntrica, onde é o adulto quem decide o que é melhor para eles, colocando-se unicamente como figura de autoridade. No contexto institucional, esse fenômeno é amplificado por possível precariedade do espaço físico e reduzida capacidade de conhecimento, imaturidade emocional dos técnicos, educadores e funcionários para lidar com as crianças e adolescentes (Oriente & Souza, 2007).

Essa pesquisa se propôs a dar voz a esses adolescentes. Para a formação de sujeitos capazes de gerar alternativas frente às situações vividas, é necessário que se estimule um sujeito criativo, ativo na construção de sua subjetividade. O conhecimento dos processos de subjetivação quanto ao futuro se mostra importante para a estruturação de planos de vida e para a construção dos mesmos baseando-se nesse sujeito ativo, responsável por suas escolhas. Também se pretendeu produzir material para complementar a construção de um referencial teórico que colabore para a melhoria da situação atual dessas instituições que, de acordo com Rizzini e Rizzini (2004), ainda são denunciadas por violência e ineficácia do atendimento aos que lá estão acolhidos.

Fundamentação Teórica

De acordo com Rizzini e Rizzini (2004), o Brasil, em sua história, possui grande tradição de internação de crianças e adolescentes em instituições asilares. Vários foram os modelos adotados, de acordo com as tendências educacionais e assistenciais de cada época. A partir do século XIX, no entanto, os filhos das pessoas pertencentes às classes mais pobres da população passam a ser alvo de uma intervenção formadora/reformadora do Estado e de outros setores da sociedade. Segundo as autoras, esse fenômeno se dá a partir do crescimento e reordenamento das cidades, quando essa população passa, cada vez mais, a ser considerada como perigosa. Assim, disfarçado sob a forma de iniciativas educacionais, é exercido um controle social sobre as camadas mais pobres da população.

Schueler (n.d.) coloca que conceitos como infância desvalida, infância abandonada, infância delinquente e os usos da categoria menor são advindos de processos de lutas e embates políticos, econômicos e culturais. O uso desses conceitos revela a desigualdade de ações educativas dedicadas a diferentes classes sociais, dentro da diversidade de sujeitos existente na sociedade brasileira. No entanto, segundo o autor, a própria forma de educação asilar foi uma forma encontrada para lidar com toda essa diversidade. Segundo Rizzini e Rizzini (2004), a partir da segunda metade do século XX, os internatos destinados a pessoas ricas perde sua força e cai em desuso, praticamente inexistindo no país nos dias de hoje. Aos pobres, no entanto, ainda hoje é reservado esse tipo de educação, onde são regidos por normas institucionais, em relações desiguais de poder.

Conjuntamente à história da institucionalização da infância pobre no Brasil, ocorreu também uma história de exclusão, invisibilidade e maus tratos. Silva (n.d.) faz uma pequena exposição da história da institucionalização, que, segundo a autora, começa com a chegada da Roda dos Expostos no Brasil.

Criada na Idade Média, na Itália, a roda constituía-se num dispositivo onde se colocavam os bebês que se queriam abandonar. A roda tinha como principal característica a de deixar o expositor anônimo, já que sua forma cilíndrica, dividida ao meio por uma divisória, se fixava no muro ou na janela da instituição, permitia que a criança fosse depositada na parte externa. Assim, o expositor girava a roda, puxava uma cordinha com uma sineta para avisar a vigilante ou rodeira que uma criança havia sido abandonada e ia embora (Silva, n.d., p. 3).

No entanto, de acordo com Leite (1996), em análise realizada, viajantes europeus relatavam condições de tratamento desumanas às crianças nas casas de assistência aos expostos. Segundo Silva (n.d.), a situação no Brasil não era diferente. Venâncio (1997, citado por Silva, n.d.) diz que em Salvador, de 1781 a 1790, a mortalidade de crianças de 0 a 7 anos nessas casas atingiu a marca de 687 em cada mil crianças. Venâncio cita que esses números ainda aumentaram nos anos seguintes à Independência e que a situação não foi diferente no Rio de Janeiro e outras cidades.

A roda começa a perder força no Brasil a partir da metade do século XIX, baseada na recomendação de especialistas, como médicos, higienistas e juristas. Novas leis foram sendo criadas para proteção da infância abandonada. Nessa época, há uma mudança de visão sobre essas crianças, passando de sujeitos abandonados para menores infratores. Dessa forma, os cuidados referentes a elas vão cada vez mais se tornando responsabilidade das instituições judiciárias, no intuito de reforma desses sujeitos “desviados”. A partir de então, com a criação do Juizado de Menores, tanto o abandonado quanto o delinquente recebiam o destino da internação, não se fazendo diferenciação entre eles (Silva, n.d.).

A criação do Serviço de Assistência ao Menor (SAM), em 1941, segundo Alvin e Valladares (1988, citado por Silva, n.d.) trás a visão das instituições especializadas como

responsáveis por “recuperar” e “moralizar” a infância. O Estado visaria, portanto, a educação para o trabalho, transformando uma infância “desviada” em indivíduos úteis a sociedade. O SAM, no entanto, passa a ser acusado de funcionar como uma “escola do crime” e em 1960 é criada uma política nacional de atendimento e, através dessa, são então criadas a Fundação Nacional do Bem Estar do Menor (FUNABEM) e as Fundações Estaduais do Bem Estar do Menor (FEBEMs). Essas instituições mantiveram como base de sua filosofia a reeducação do menor. No entanto, adicionaram também aos seus trabalhos uma preocupação em dar apoio à família e à comunidade onde essas crianças estavam inseridas. Mas a pobreza ainda se mostrava como referência para a institucionalização de crianças e adolescentes. A infância pobre continuava a ser alvo de reforma e marginalização e os maus tratos continuavam a existir nessas instituições (Silva, n.d.).

Com a entrada em vigor do Eca (1990), de acordo com Rizzini e Rizzini (2004), a criança e o adolescente passaram a ser considerados a partir de uma lógica de proteção integral. Essa lógica é derivada da ideia de que esses são indivíduos em situação específica de desenvolvimento e que, portanto, devem ser assistidos pelo Estado, pela família e pela sociedade civil a fim de que todas as suas potencialidades recebam a atenção necessária.

Simões (2009) coloca que o ECA (1990) veio trazer uma proposta de ações usando a garantia da cidadania, em oposição ao Código de Menores, seu antecessor, que, segundo o autor, baseava-se em uma proposta de assistencialismo filantrópico. Segundo o autor, os princípios da nova Lei baseiam-se na cidadania, no bem comum e na condição peculiar de desenvolvimento das crianças e adolescentes, provocando uma reestruturação das políticas públicas nessa área.

O ECA (1990) coloca, em seu Artigo 4º, que é dado à criança e ao adolescente uma absoluta prioridade na garantia de seus direitos, que compreendem os direitos à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade,

ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. A família, a comunidade e a sociedade em geral são colocadas com guardiões desse direito.

Dentro desse novo paradigma, com o olhar voltado para a proteção integral e defesa de todos os direitos da criança e do adolescente (listados do Artigo 7º ao 69º do ECA, 1990), o objetivo de reformar e modelar repressivamente não mais encontra lugar e passa-se, então, a voltar o olhar para a identificação das necessidades dessa população que se encontra desprotegida (Machado, 2011).

Dessa forma, o acolhimento institucional continua aparecendo como um dos instrumentos de proteção e prevenção de maus tratos e negligência direcionados a crianças e adolescentes. No entanto, ele sofre profundas mudanças em sua concepção. Em seu Artigo 92º, o ECA (1990) discorre sobre os princípios norteadores que devem ser seguidos por essas instituições, que são os seguintes: preservação dos vínculos familiares e promoção da reintegração familiar; integração em família substituta, quando esgotados os recursos de manutenção na família natural ou extensa; atendimento personalizado e em pequenos grupos; desenvolvimento de atividades em regime de coeducação; não-desmembramento de grupos de irmãos; evitar, sempre que possível, a transferência para outras entidades de crianças e adolescentes abrigados; participação na vida da comunidade local; preparação gradativa para o desligamento; participação de pessoas da comunidade no processo educativo.

Com essas novas diretrizes, portanto, prioriza-se a convivência familiar. A permanência de crianças e adolescentes em entidades de acolhimento deve ser o mais breve possível, dentro de uma lógica de medida temporária. Também, instituições totais não são mais estimuladas e dá-se preferência, portanto, a locais reduzidos, onde as necessidades das crianças e adolescentes podem ser melhor identificadas e atendidas. Além disso, é preciso que essas instituições fiquem em locais que facilitem a inserção na comunidade, possibilitando, assim, a convivência comunitária. Jauczura (2008) defende que, de forma

preferencial, antes do acolhimento da criança ou do adolescente caberiam outras medidas que não visassem o afastamento em relação à família, mas sim um fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários. De acordo com Cuneo (2009) práticas habituais fazem com que a medida de acolhimento seja indiscriminadamente aplicada e, ainda, as crianças e adolescentes acabam aguardando anos por uma definição de suas situações, vivendo, enquanto isso, afastados do grupo familiar de origem.

É importante, dessa forma, o esforço do Estado e da sociedade civil no sentido de garantir condições às famílias para que seus filhos não cresçam em ambientes que ofereçam riscos e os coloquem em situação de vulnerabilidade. A falta de políticas públicas que visem o fortalecimento das famílias leva, muitas vezes, à dificuldade de evitação de situações de risco e, conseqüentemente, ao afastamento dos filhos da convivência em família. A garantia desse direito tem sido dificultada pelas desigualdades sociais existentes na sociedade brasileira, que afetam as relações sociais e acarretam em riscos e vulnerabilidades para os excluídos socioeconomicamente (Jauczura, 2008).

O ECA (1990) determina, em seu Art. 23º, que a falta ou a carência de recursos materiais não pode se configurar em justificativa para o acolhimento de crianças e adolescentes em instituições destinadas a esse fim. Deve-se, portanto, de acordo com Machado (2011), buscar a emancipação dessas famílias por meio de programas sociais que as capacitem social, econômica, cultural e politicamente para que possam garantir o desenvolvimento saudável de seus filhos.

No entanto, pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2003 citado por Cuneo, 2009) indica que a pobreza ainda é o principal motivo responsável pelo acolhimento de crianças e adolescentes, indo contra o ECA (1990) no que tange a esse assunto. Os motivos para acolhimento, entretanto, são diversos. De forma geral, essa medida busca afastar a criança de alguma situação de violência. Mais resultados de pesquisa do IPEA

(citado por Oriente & Souza, 2007), revelam que os principais motivos de acolhimento são, além de carência de recursos materiais da família, abandono pelos pais ou responsáveis, doença dos pais, dependência química do pai, da mãe ou de ambos, prisão dos pais ou responsáveis, abuso sexual, orfandade, mendicância e violência doméstica.

Em relação aos possíveis riscos ou benefícios oriundos da experiência de vivência do acolhimento institucional, ainda existem controvérsias entre os estudiosos do tema. Jauczura (2008) identificou estudos dentro de duas posições sobre os possíveis efeitos da institucionalização no desenvolvimento de crianças e adolescentes. No primeiro grupo então inseridos aqueles autores que acreditam que, invariavelmente, a institucionalização é prejudicial ao desenvolvimento, não considerando possibilidades de ação que possam alterar esse quadro. No segundo grupo encontram-se os autores que consideram que a institucionalização tem seu lado positivo, principalmente na composição da rede social de crianças e adolescentes. O autor divide esse grupo em dois subgrupos. Um deles acredita que o acolhimento tem efeito positivo, em qualquer que seja a situação, e o outro relativiza essa visão, colocando que a experiência de institucionalização pode ser tanto uma proteção quanto um risco para o desenvolvimento, dependendo das histórias pregressas das crianças e adolescentes.

Dentre os autores que possuem uma visão negativa em relação ao acolhimento de crianças e adolescentes, Cuneo (2009, p. 416), ao falar sobre as consequências dos acolhimentos prolongados (período superior a 1 ano), coloca que os prejuízos se dão por causa “da submissão a rotinas rígidas, do convívio restrito às mesmas pessoas, da precariedade de atenção individualizada e da falta de vida em família sem a oportunidade de trocas afetivas emocionalmente significativas, dentre outros fatores”. Carvalho (2002, citado por Jauczura, 2008) cita o atendimento padronizado, o alto índice de crianças por cuidador, a falta de atividades planejadas e a fragilidade das redes de apoio social e afetivo como fatores

inviabilizadores de um bom desenvolvimento. Weber (2008, citado por Jauczura, 2008) elenca mais autores que reforçam essa visão (Altoé, 1985, 1990, 1991; Goffmann, 1974; Guirado, 1986; Rizzini, 1985 citados por Weber, 2008 em Jauczura, 2008). Poletto, Koller e Dell’Aglío (2009) pesquisaram a ocorrência de eventos estressores em dois grupos, um de crianças e adolescentes que vivem com suas famílias e o outro de crianças e adolescentes institucionalizados. O grupo de pessoas institucionalizadas apresentou maior média de ocorrência de eventos estressores. Dentre 14 eventos, 13 foram mais citados por esse grupo.

Ainda dentro de uma visão de prejuízos no desenvolvimento decorrentes do acolhimento institucional, há autores (Spitz, 1965, 1998; Bowlby, 1976, 1995; Bronfenbrenner, 1994, 1996 citados por Cavalcante, Magalhães e Pontes, 2007) que defendem que a separação das figuras de referência na infância é determinante para déficits no desenvolvimento. Estudo mais recente de Zeanah, Nelson, Fox, Smyke, Marshall, Parker e Koga (2003, citado por Cavalcante, Magalhães e Pontes, 2007) também determina déficits no desenvolvimento quando a criança chega com idade reduzida à instituição de acolhimento (no caso desses autores, até 3 anos de idade). No entanto, enquanto o primeiro grupo de autores fala sobre as consequências diretas da separação das figuras de referência, esses últimos falam sobre a falta de estímulos físicos e sociais na convivência dentro de instituições, que, por sua vez, limita as possibilidades de desenvolvimento, tão ricas nesse período da vida.

Em pesquisa realizada por Borba (2008) na cidade do Rio Grande – RS, com responsáveis por abrigos, 100% das entrevistadas responderam que enxergam uma vida de insatisfação levada dentro do abrigo, com a tristeza presente no dia a dia, fruto do afastamento dos abrigados de suas famílias. No entanto, nessa mesma pesquisa, 80% delas reconhecem que a função de proteção é bem desempenhada pelas instituições e que as necessidades básicas são atendidas, apesar das limitações afetivas, sociológicas e estruturais.

Por outro lado, Arpini e Quintana (2003) defendem a ideia de que não há como

afirmar que determinada situação seja necessariamente prejudicial ao desenvolvimento. Para que se tenham melhores perspectivas e se deixe para trás a visão de lugar de fracasso atribuída a essas entidades, no entanto, é preciso, segundo Machado (2011), que se invista na melhoria das instituições existentes, principalmente em relação ao asseelhamento a um lar comum e ao atendimento em pequenos grupos.

De acordo com Machado (2011), o acolhimento institucional não pode ser considerado como algo prejudicial *a priori* ou, ao menos, não somente prejudicial ao desenvolvimento de crianças e adolescentes. É preciso reconhecer a sua importância como função protetiva, afastando-os, provisoriamente, de situações de violência, de violação de seus direitos. Dessa forma, o autor coloca que as entidades de acolhimento devem se atentar para a possibilidade de exclusão dos que estão atrás de seus muros. Para que isso não aconteça, é importante ações e espaços que favoreçam o desenvolvimento das crianças e adolescentes, extrapolando a função de cuidado e proteção para um contexto também educativo.

Cavalcante, Magalhães e Pontes (2007) dizem que a literatura mais recente coloca o acolhimento como possível benefício ao desenvolvimento de crianças e adolescentes. Segundo os autores, apesar das críticas sofridas, que considera pertinentes, as instituições de acolhimento desempenham importante papel na formação da rede de apoio social e afetivo, tornando-se, dessa forma, em oportunidade de desenvolvimento. Hopson e Scally (1981, citado por Jesus & Menezes, 2010) estudaram pessoas sem-abrigo e é possível fazer uma analogia entre essa situação e o acolhimento institucional. Eles contestam a ideia de que essa vivência é responsável, necessariamente, por déficits e incapacidades. Os autores destacam que é possível, também, que essas pessoas desenvolvam um empoderamento psicológico, fruto de suas vivências.

Essa pesquisa tem o intuito de buscar entender os processos de subjetivação do futuro

por adolescentes nesse contexto de abrigamento descrito até aqui. É comum, quando se fala em adolescência, que se pense em um ciclo da vida marcado por uma forte ligação com o futuro – um tempo de preparação, de formação, de escolhas que virão a formar o adulto que será mais adiante. De acordo com Castro (2001), isso se deve a uma visão desenvolvimentista do ciclo de vida humano, que coloca o adolescente como uma possibilidade, um projeto a ser desenvolvido, como um vir-a-ser. De acordo com a autora, nessa visão o presente do adolescente não é reconhecido pela sua competência do aqui e agora. Mendes (n.d., p. 4), em estudo apresentado, percebeu a presença dessa visão na fala dos adolescentes entrevistados, que se referiram à juventude “como ponto de partida da existência humana”. Vale ressaltar que esse autor trata os termos adolescência e juventude como sinônimos.

Mendes (n.d.), continuando sua análise, identificou também o que chamou de uma visão romântica da juventude. Desse ponto de vista, quase todos os entrevistados citaram associações da juventude a um “tempo de liberdade, de prazer e de expressão de comportamentos exóticos”. Dayrell (2001, citado por Mendes, n.d.) diz que essa visão relata a juventude como um tempo de experimentações. Essa visão, segundo o autor, é mais encontrada nas classes médias e altas e acredita que os jovens não vivenciam dificuldades, frustrações, dores nesse processo de novas descobertas.

Por fim, Dayrell (2001, citado por Mendes, n.d.) relata ainda outra concepção da juventude em que o jovem é tido como transgressor, rebelde e irresponsável. Mendes (n.d.) também pode identificar indícios dessa visão na fala dos jovens entrevistados. No entanto, o autor chama a atenção para o fato de que, em suas entrevistas, notou que o discurso dos jovens sobre a juventude está muito ligado a reproduções dos conteúdos midiáticos. Para ele, pareceu que os jovens, em muitos momentos, se referiam a uma ideia de juventude que não tinha relações com a sua vida real, presente.

Dentro de uma visão sócio-histórica do conceito de juventude, Mendes (n.d.) nos

lembra da importância da consideração do tempo presente, de diferentes experiências em diferentes momentos históricos. Nesse sentido, o autor busca trabalhar com as categorias sujeito, temporalidade social e território como suporte para entender as juventudes atuais e, segundo ele, só assim é possível que se pense em políticas públicas adequadas, que permitam que o jovem ressignifique seu presente e possa visualizar um futuro baseado em suas próprias experiências, com a possibilidade de pensar estratégias viáveis para a concretização dessas expectativas.

É diferente, portanto, dentro dessa visão, falar das perspectivas de futuro de jovens de diferentes classes sociais. Günther e Günther (1998) compartilham resultado de pesquisa, realizada em Brasília-DF, em que observaram que essas perspectivas foram fortemente marcadas pelas vivências educacionais e pelo contexto cultural. Ressalto, também, que os autores não diferenciam os conceitos de adolescência e juventude. Em seus estudos, os adolescentes que estudam numa escola para jovens carentes e/ou em situação de rua obtiveram uma correlação negativa entre as variáveis de perspectiva de futuro e as expectativas de ter um emprego e ter uma casa própria. Os autores definem as expectativas desses jovens como pequenas, singelas, sem esperanças e De Leone (1979 citado por Günther e Günther, 1998) diz que o aspecto mais negativo da pobreza é a falta de expectativas quanto à melhora na situação de vida no futuro, na vida adulta.

Orionte e Souza (2007) trazem uma visão baseada na ideia de invisibilidade vivida por esses adolescentes dentro das entidades de acolhimento. De acordo com as autoras, essa invisibilidade é pautada em uma visão adultocêntrica que sufoca a voz das crianças, fazendo com que elas não tenham muitas vivências significativas e, também com que não sejam estimuladas a acreditar no que percebem, sentem e acreditam. Dessa forma, sempre lhes é dito o que fazer, fato que provoca, quando do encontro com o novo, com que não saibam dar as respostas adequadas no tempo adequado. A elas, portanto, não é dada a oportunidade de

conhecer novas alternativas de ser e estar no mundo, o que dificulta suas expectativas de futuro fora dos muros da instituição. As autoras destacam, no entanto, a possibilidade de construção de novas formas de atuação e cita o caso da transgressão como forma encontrada para reivindicação do direito de serem visíveis.

Para essa pesquisa, interessa conhecer essas possibilidades de geração de alternativas, baseando-se na ideia de que essa criatividade geradora é o que individualiza cada sujeito. Para melhor entender essa ideia, a partir daqui busco explicar as bases teóricas escolhidas para essa pesquisa.

Esse estudo parte da Teoria da Subjetividade de González Rey (2003, 2005, 2007). Essa construção teórica busca distanciar-se da visão dicotômica entre os processos de subjetivação individual e o sistema de relações sociais. Dessa forma, o individual e o social interligam-se em uma relação dialética e recursiva, ligados a um processo relacionado ao funcionamento do organismo humano. Esse processo é permanente e regulador desse sistema de organização complexa e holística que é o organismo humano (González Rey, 2004).

Um dos elementos desse organismo que, mais que um elemento, é visto como um processo é a dimensão subjetiva. A Teoria da Subjetividade desenvolvida por González Rey tem suas raízes na psicologia histórico-cultural soviética, mais especificamente nos marcos teóricos desenvolvidos por Vygotsky e Rubinstein. Ambos esses autores se mostraram comprometidos com uma visão dialética da psique humana. A partir de então foi possível um entendimento da psique como um sistema complexo em constante desenvolvimento e que guarda relações com as ações humanas concretas. González Rey, com base nessas influências, amplia esse entendimento com a nova categoria de subjetividade (González Rey, 2003).

A subjetividade, regida por esse caráter complexo, é então caracterizada pela ausência de dicotomia entre o individual e o social. Ao mesmo tempo, um também não é excludente do

outro, convivendo ambos em um sistema, tendo como base uma relação dialética e recursiva (González Rey, 2003). Em seu artigo “Psicologia e saúde: desafios atuais”, González Rey (1997) constata que a Psicologia tem apresentado posições interativas, sem, no entanto, libertar-se do uso de categorias parciais, frutos de paradigmas epistemológicos diferentes. Dessa forma, incorre-se mais facilmente em definições organicistas ou sociais, ignorando, no conceito de subjetividade, seu caráter sistêmico e complexo.

Essa definição de subjetividade é de fundamental importância para a consideração da singularidade do sujeito. Para maior entendimento, é importante ressaltar a categoria de sentido subjetivo, que constitui o elemento básico da formação da psique humana. Os sentidos subjetivos são formados por uma relação recursiva entre processos simbólicos e emocionais. Ora um processo evoca o outro e vice-versa sem, no entanto, constituírem-se em causas um do outro (González Rey, 2003).

Os sentidos subjetivos, como lembrado por González Rey (2007), estão em constante desenvolvimento e são, ao mesmo tempo, constituintes e constituídos na subjetividade. Eles aparecem organizados em categorias mais abrangentes denominadas configurações subjetivas. Dessa forma, as configurações subjetivas são definidas como sistemas dinâmicos, em constante transformação, além de estarem também em relação recursiva entre si, dentro de um todo maior, a subjetividade.

A subjetividade, no entanto, vista dessa forma encontra-se ainda atrelada apenas ao nível individual. Para a explicação de como se dá a relação dialética entre o individual e o social, González Rey (2003) propõe o conceito de subjetividade social. Funcionando com a mesma processualidade da subjetividade individual, ou seja, por meio de sentidos e configurações subjetivas, a subjetividade social abarca as produções de sentido nos mais variados espaços sociais. A subjetividade individual e a subjetividade social mantêm uma relação também dialética e recursiva. Dessa forma, o sujeito atua nos espaços sociais da

mesma forma que também é constituído dentro desses. Nas palavras de González Rey (2007, p. 157), a subjetividade “não é um sistema determinista intrapsíquico, situado apenas na mente individual, mas a qualidade de um tipo de produção humana que permite penetrar em dimensões ocultas do social e da cultura, que só se tornam visíveis na sua dimensão subjetiva.”.

É nesse contexto que se dá, portanto, a singularidade do sujeito. Cada experiência concreta apresentada será vivida e subjetivada por cada pessoa de uma maneira diferente. Para o sujeito, sempre existe a possibilidade de diferenciar-se dos outros sistemas (subjetividades de diferentes espaços sociais), de agir de forma criativa encontrando alternativas psicológicas para sua interação nos espaços sociais. É essa característica que explica o caráter gerador da psique e que permite reconhecer a atuação de um sujeito ativo.

A subjetividade, como sistema, pode configurar-se de forma que facilite a geração de alternativas psicológicas saudáveis frente às condições concretas que se apresentam, resultando, dessa forma, em saúde. Da mesma forma, pode dificultar essa geração, estabelecendo-se como uma psique geradora de danos ao sujeito, de modo a provocar o seu adoecimento. É a impossibilidade de mudança de uma produção subjetiva patogênica que afeta os processos de regulação (González Rey, 2011).

É preciso, então, dentro desse marco teórico, que a saúde seja pensada como um processo, e não como um produto estático no organismo. O indivíduo participa de forma ativa de sua constituição, como sujeito do processo (González Rey, 2004). Também, não é possível que se estabeleça um padrão de normalidade, já que o sujeito se torna singular por meio de sua criatividade frente às múltiplas alternativas que se apresentam, sendo esse processo imprevisível, pois é afetado pelo próprio curso das ações do sujeito.

Por fim, diante dessas colocações, conclui-se que as representações sociais dominantes sobre determinada situação em que se encontra o sujeito têm fundamental

importância na constituição dos sentidos subjetivos relacionados a ela. Dentro da visão dialética que adotamos, no entanto, sempre haverá características que surgirão de forma única em cada sujeito, já que esse é gerador e constitui de forma singular as configurações subjetivas em que cada experiência se organiza.

É dessa forma, portanto, que essa pesquisa pretende reconhecer os adolescentes que vivem em entidades de acolhimento como sujeitos ativos dentro dos espaços sociais em que estão inseridos. Assim, não é possível afirmar *a priori* se esse espaço em que vivem, a instituição de acolhimento, é necessariamente prejudicial à constituição da subjetividade. Em todos os espaços sociais em que o sujeito atua, há a geração de novos sentidos subjetivos, reestruturando a configuração da subjetividade. Ao atuar nesse espaço social em que moram, os adolescentes estão comprometidos com sentidos subjetivos advindos de todos esses espaços pelos quais passaram e, como sujeitos dotados de capacidade criadora, ativa, se fazem únicos, individuais, diferenciados de outros sistemas.

Portanto, afirmamos que é possível que esses adolescentes se constituam enquanto sujeitos de forma que facilite a geração de alternativas psicológicas saudáveis. E é igualmente possível, também, que a subjetividade configurada dificulte a geração dessas alternativas, transformando-se em uma psique geradora de danos. As formas de subjetivação em relação ao futuro estarão também atreladas a essa complexa organização. A capacidade criadora é condição essencial para que se pense no futuro e que se faça projetos em relação ele. É dessa forma, também, que se dá a ruptura dos limites que o contexto social apresenta e o surgimento de novas opções de ação.

É com essa visão de sujeito que essa pesquisa pretende dar voz a esses adolescentes. Pretende-se explicar a possibilidade de diferentes processos de subjetivação do futuro por adolescentes em condição de abrigo. Busca-se, dessa forma, a emergência dos sujeitos em suas individualidades. Também, pretendeu-se compreender os aspectos subjetivos da

experiência de abrigo. Por fim, objetiva-se uma contribuição para a desmistificação da ideia de padronização das características psíquicas de adolescentes abrigados. Para tais objetivos, foi utilizada a metodologia apresentada a seguir.

Metodologia

Considerando as bases teóricas escolhidas para essa pesquisa, optou-se por usar a Epistemologia Qualitativa proposta por González Rey (2005). Essa concepção da pesquisa qualitativa busca ampliar o entendimento sobre as formas de se compreender o sujeito e também a produção de conhecimento a propósito da subjetividade humana.

A Epistemologia Qualitativa enfatiza o caráter construtivo-interpretativo do conhecimento. Dessa forma, entende-se que não é necessário que o pesquisador extraia da realidade uma informação que seja o seu reflexo, já que, considerando que nossas próprias práticas usadas para nos aproximar desse conhecimento resultam em uma nova dinâmica, cria-se um novo campo de realidade. O conhecimento, então, passa a ser entendido como uma produção, uma construção que se dá no espaço da pesquisa por meio da interação entre pesquisador e pesquisado, em toda a sua complexidade. Nesse contexto, o pesquisador assume uma atividade intelectual constante

O singular também é um aspecto importante considerado por essa epistemologia. Sendo o conhecimento legitimado de acordo com o que contribui para o modelo teórico em construção, faz-se desnecessária a busca constante por generalizações apoiadas em bases estatísticas. Isso implica também no fim da separação entre o empírico e o teórico, sendo ambos constituintes do momento de construção teórica.

É preciso ressaltar também a importância da comunicação dentro da pesquisa. Como um processo dialógico, a pesquisa torna-se um acesso privilegiado aos processos subjetivos, levando em consideração a produção do próprio sujeito – que se torna, a partir disso, ativo na construção do conhecimento, rompendo com o princípio da neutralidade imperante na pesquisa positivista.

Na pesquisa qualitativa aqui sugerida, portanto, o uso de instrumentos não teve um

fim em si mesmo, com categorias de significação definidas *a priori*, fugindo, dessa forma, da desconsideração das ideias e reflexões do pesquisador. Essa desconsideração acaba por transformar a aplicação de instrumentos em atos ateóricos, sendo seus resultados assumidos acriticamente. O uso de instrumentos nessa pesquisa teve a função de facilitar a expressão do sujeito em diferentes esferas simbólicas, estimulando sua reflexão e envolvendo-o emocionalmente para, dessa forma, facilitar o acesso a seus sentidos subjetivos. Os instrumentos são complementares uns dos outros, sempre dentro de uma dinâmica de conversação.

Cenário de Pesquisa

Para o início desse estudo, foi necessário criar o cenário de pesquisa, ou seja, envolver emocionalmente os participantes em relação ao tema e motivá-los a participar do processo de pesquisa. Para isso, buscou-se propiciar um clima facilitador para a participação dos sujeitos, em um clima de comunicação e participação (González Rey, 2005). Como estratégia para a construção desse cenário, a pesquisadora optou por estar inserida no contexto e cotidiano da entidade de acolhimento escolhida para a realização desse estudo. Dessa forma, a pesquisadora fez parte desse contexto durante um mês, o que também fez com que a pesquisadora se sentisse mais à vontade em relação à pesquisa e aos participantes.

É importante esclarecer que o estudo de caso aqui construído fez parte, na verdade, de uma pesquisa maior, que envolveu vários participantes que, no entanto, não entraram como participantes nesse trabalho.

Instrumentos

Os instrumentos utilizados nessa pesquisa são *dinâmica conversacional individual e*

em grupo e completamento de frases.

Dinâmica conversacional

Como dito anteriormente, a comunicação foi o norteador dessa pesquisa, que contou com dinâmicas de conversação. Nesse contexto, o pesquisador não assume uma atitude centralizadora dos percursos da conversa. Todos devem reconhecer-se como co-responsáveis pelo processo e, dessa forma, sentir-se livres, com sua expressão facilitada. Isso faz com que seja promovida a emergência de sentidos subjetivos nesse processo, até mesmo convertendo-o em um espaço gerador de novas configurações.

Completamento de frases

Esse instrumento apresenta inícios de frases para que o participante termine de completá-las. Essas frases podem ser indutores que se referem a indicadores ou hipóteses previamente identificadas, assim como podem ter um caráter indireto, com o intuito de estimular o aparecimento dos sentidos subjetivos em detrimento da intencionalidade do participante. De qualquer forma, todas cumprem o papel de relacionarem-se com informações obtidas por outros instrumentos, sendo parte constituinte de uma análise mais ampla.

Participantes

Foi estudado um adolescente em situação de abrigo. A entidade de acolhimento escolhida para esse estudo situa-se em região central do Distrito Federal. F. tem 17 anos, está no último ano do ensino médio e mora em instituição de acolhimento desde que possa se

lembrar. Sua mãe perdeu sua guarda, ainda recém-nascido, por conviver com transtornos psiquiátricos. Viu o pai apenas uma vez na vida. Esse encontro se deu quando F. era ainda criança, em um dia dos pais, em uma situação cheia de simbolismo para F.

Construção da Informação

*“Às vezes eu era ignorante e não sabia.
Eu era criança.”
F.*

F. é um adolescente de 17 anos. Inicialmente, F. não fazia parte dos adolescentes selecionados para a pesquisa. Eu nem ao menos o conhecia, já que são poucos os fins de semana em que ele fica no abrigo. Certo dia, levei um filme ao abrigo para que os mais novos pudessem assistir, já que esses se ressentiam muito de não poder participar da pesquisa e pediam a todo momento uma atividade voltada para a idade deles. F. estava no abrigo nesse dia e se interessou em assistir o filme, pedindo permissão para tal. Assenti, e sua presença acabou se mostrando muito importante para o bom andamento da exibição do filme, já que enfrentei uma série de problemas técnicos com os aparelhos eletrônicos envolvidos e F. tomou a frente na solução desses problemas. Aquele menino magro, alto, calado e cabisbaixo foi tomando forma para mim. Sua prestatividade chamou a atenção em um ambiente onde os adolescentes costumam se concentrar em suas próprias atividades, sem se importar com o que acontece ao redor deles. Sua relação com a cuidadora que me acompanhava com as crianças era diferente, havia uma cumplicidade ali. Ao fim do filme, me ajudou a organizar tudo e me proibiu de limpar a sala, realizando essa tarefa em meu lugar. Já estava indo embora quando me aproximei dele para agradecer por tudo o que tinha feito. Foi quando F. demonstrou interesse pela minha pesquisa e me perguntou do que se tratava. Expliquei e ele se colocou à disposição para participar, apesar da falta de tempo. Perguntei, então, se ele estava disponível naquele momento e ele disse que sim. E foi assim que, embaixo de uma árvore, ao som de uma revoada de periquitos, realizamos nossa conversação, iniciando a construção desse caso.

F. iniciou a conversa contando que já morou em outro abrigo anteriormente (mora em abrigo desde que possa se lembrar) e que o motivo da troca havia sido uma tentativa frustrada

de adoção. Aos 11 anos, F. foi apresentado a um casal, juntamente com sua irmã, quase dois anos mais velha, e iniciou o processo de visitas que culminou na adoção definitiva. No entanto, depois de quatro meses morando na casa dessas pessoas, sua irmã voltou para o abrigo e, dois meses depois, ele também saiu da casa.

F. assumiu a responsabilidade por sua devolução. Isso leva a uma produção subjetiva própria, na qual acredita que uma série de fatores relacionados a seus próprios comportamentos foram determinantes para que o casal não quisesse mais tê-lo em sua família, assim como também culpa a sua irmã, assunto que voltarei a abordar mais à frente. F. apresentou uma série de argumentos muito bem elaborados, argumentos esses que foram construídos ao longo dos anos. Esse fato marcou sua história. Observou-se uma mudança de sentido subjetivo em relação ao futuro e, conseqüentemente, então, a mudança da forma como ele imagina/enfrenta esse futuro.

Segundo F., sua principal falha no processo pelo qual passou foi não saber se comunicar adequadamente com os adultos. F. faz uma distinção entre as crianças que crescem em abrigos e as que crescem com suas famílias. De acordo com ele, as crianças que crescem em abrigos convivem apenas com outras crianças. As possíveis figuras de referência de pessoas mais velhas não se fazem tão presentes, ao menos afetivamente. F. não vê os profissionais do abrigo como pessoas que podem ajudá-lo a se desenvolver: *“Na maioria das vezes, tu vai ver, eles vão brincar contigo, mas tá ali com um interesse, né. Eles não tem a visão de 'Pô, é muito importante a amizade de um adulto'. Eles não tem essa visão.”*

Dessa forma, F. acredita que não havia convivido o suficiente com adultos para saber se comportar da forma que imagina que os pais adotivos desejavam que ele se comportasse. Esse sentido que foi possível visualizar em sua configuração expressa-se na crença de que essa inexperiência e a falta de maturidade atrapalharam seu sonho de ter uma família: *“Pela*

minha ignorância de entender os adultos, eu perdi uma fase da minha vida que eu ia ter, como é que eu posso dizer, ia ter um futuro diferente, ia ter uma família completa”.

F. usou da descrição de algumas cenas específicas para justificar a sua não permanência junto àquela família, pequenos detalhes que tiveram grande impacto em suas configurações subjetivas e que foram incorporados a sua subjetividade como causas imediatas à atitude daquele casal. Nessa configuração, entraram cenas como a desobediência dele de não querer assistir somente desenho animado, já que estava acostumado, no abrigo, a assistir todos os tipos de programas; um acidente em que desavisadamente entrou sem bater no quarto do casal e conta, gaguejando, demonstrando grande vergonha ainda hoje: *“Eu quase vi ela nua, mas foi só uma vista assim que eu... não.. mas eu fui assim... não, não, não (gaguejando).... eu posso te dizer, eu juro, eu não consegui ver o formato do corpo, nem nada.”*; ou, ainda, a revelação que fez ao casal de um fato ocorrido na sua infância, que o envergonha atualmente e que não quis revelar para a pesquisadora, e que hoje ele associa o fato de eles terem tido conhecimento à sua devolução.

Outra questão nesse contexto refere-se a sua irmã. F. a coloca, de várias formas, como empecilho para o sucesso da adoção. Primeiro, citou o fato de ele ter ficado mais próximo a ela dentro do lar adotivo, o que, segundo sua visão, também foi um fator que dificultou o estabelecimento de uma comunicação mais efetiva com os adultos. Sua irmã também aparece como uma das causas de “irritação” do casal, que impediu a aproximação entre pais e filhos: *“Eu lembro que minha irmã tinha falado que ele era barbudo... e não gostava, como é que eu posso dizer, não gostava quando ele beijava ela assim no rosto, por causa que era áspero. Ela tinha essas vergonhicezinhas 'ah, mas...!... não sei, aí... teve isso aí. (...) aí a moça que tava lá como minha mãe, naquela época, via isso... minha irmã falava 'ah..', não queria se aproximar muito. Aí ela entendeu isso como um 'ah, você não quer a gente'”*. Por fim, F. se lamenta do fato de ter sentido falta da irmã depois que ela saiu do lar adotivo por não ter se

adaptado. Ele resume da seguinte forma sua saída da casa: *“aí, por eles verem também que eu tava pedindo pra ver muito minha irmã, por tá muitos problemas dentro da casa, eles resolveram que eu também tinha que... não ia dar certo.”*.

Depois da volta para a vida no abrigo, – os irmãos foram colocados em outro abrigo, na verdade – F. sofreu uma decepção com a irmã. Comportamentos da irmã considerados inadequados por F. em sua maioria relacionados à sexualidade, vieram a reforçar uma mágoa que já vinha sendo cultivada desde que ele a colocou entre os motivos de culpa pela sua devolução. A emocionalidade gerada por esses acontecimentos resulta em uma mudança subjetiva referente à irmã. Dessa forma, a irmã acaba se tornando um ponto de conflito.

Ao mesmo tempo em que tem dificuldade em aceitar o fato de sua irmã pensar diferente, F. não consegue se desvencilhar por completo do dever de estar disponível para ela, talvez pelo fato de ser seu único elo com o que entende por uma família a qual pertence. F. busca, no entanto, marcar suas diferenças com a irmã, como quando diz diante do relato da descoberta dos comportamentos que não gosta nela: *“eu fiquei mó 'Caraca, a minha irmã'... É isso aí, aí eu fui só lutando, né, pra tá cada vez ser visto uma pessoa bem... que sempre quis alguma coisa.”*. De forma interessante, F. justifica seu distanciamento da irmã pela distância de ideias entre eles, como, por exemplo, sobre a importância que dão à ajuda externa, principalmente de adultos, para a construção de um futuro mais estruturado: *“ela começou a frequentar as igrejas, frequentar os eventos com os amigos... e acabou que ela tá morando sozinha. Ela não quis muito essa esperança de ter uma ajuda de uma pessoa de fora. Ela quis fazer a própria vida. Eu acho que, em geral, os mais velhos ajudam as crianças, até eu ficar mais... até eu poder ajudar o outro, eu preciso dessa ajuda.”*.

No entanto, F. deixa transparecer esse conflito quando expõe sua dúvida sobre como deve agir em relação à irmã: *“Só deixei as coisas dela lá na casa dela, ajudei nisso. Mas não dá mais pra, tipo... eu vou deixar a vida organizar isso porque eu não sei se eu tenho que*

oferecer alguma coisa pra ela, porque eu não tenho tanto cabimento. Eu tô precisando muito de ajuda, como ela precisa.”. Por fim, no completamento de frases, F. completa da seguinte maneira: *Meu maior problema é: Ajudar minha irmã*, demonstrando mais uma vez como é difícil para ele lidar com esse fato, que exige dele ações futuras que estão, contudo, atreladas a sentidos subjetivos decorrentes de sua história de vida que estão, por sua vez, se alimentando e se modificando frente às novas situações surgidas na relação com a irmã.

Assim como podemos ver em relação à sua irmã, essa experiência da adoção que não deu certo gerou mudanças que tomaram importância significativa na subjetividade de F.. Essa configuração central de sua subjetividade hoje interfere diretamente na forma como ele vivencia a ideia de futuro. A partir disso, admitiu seu fracasso, referindo-se a erros próprios, e assumiu sua responsabilidade também no que virá, implicando-se ativamente no seu desenvolvimento, como aparece no completamento de frases: *Meu futuro: É o resultado das minhas atitudes*. Esse processo não se deu, no entanto, sem consequências que o fazem sofrer, sentindo-se, talvez, sozinho e sobrecarregado nessa busca pelo futuro que ele planeja, como aparece também no completamento de frases: *Não posso: Perder a cabeça; Dói: Quando estou errado; É difícil: Ser perfeito*.

Antes de apresentar a forma como os processos subjetivos organizadores de F. em relação ao futuro estão estruturados em decorrência desses acontecimentos, é importante entender as configurações subjetivas que foram construídas acerca dessa adoção que não se concretizou. Ele pode perceber que a vida no abrigo era um fator limitante do seu desenvolvimento, como podemos notar na seguinte fala: *“mas eu tava vendo que era bem diferente a vida no abrigo, que o abrigo, pra mim.... eu vivia... o meu limite, assim, do planeta, era aquele quadrado que eu vivia no abrigo. Eu só vivia além quando eu subia numa árvore e conseguia ver atrás do muro.”*. A vida em família, portanto, tinha o sentido de ampliação de seus conhecimentos e consequente sucesso na vida.

Dessa forma, a adoção ganha um sentido de uma grande oportunidade de garantia de um futuro diferente e F. é tomado de grande esperança em relação a melhoria de sua vida. Isso toma forma, por exemplo, quando F. se refere ao casal que o adotou como o “*pessoal que tava querendo me dar um futuro*”. Ele acredita que teve uma vida confortável nos abrigos, mas faz uma distinção entre as funções de sustentar, apenas, e de construir condições para que ele possa “*subir na vida*”. F. fala sobre essa oportunidade que teve, mas que acredita ter deixado escapar: “*É a única oportunidade que eu ganhei na minha vida. (...) Tinha todo... como se fosse, todo sonho que eu realizei tava na minha frente, na minha mão. Tinha o amor de uma mãe e de um pai verdadeiro*”.

Interessante notar que F., ao passar a morar na casa do casal que o adotou, passa também a vivenciar uma nova realidade social. Assim, por estar inserido em um novo espaço social, com novas influências e contato com novos sentidos, F. tem toda sua história, inclusive os espaços sociais vividos anteriormente, tomada de novos sentidos. Das configurações subjetivas constituídas, alguns sentidos se mostraram como grandes guias de F. para a construção de seu futuro. O primeiro sentido é relativo à importância que hoje ele dá aos seus estudos. Uma das grandes diferenças entre o abrigo e a família, na sua visão, é o incentivo que se dá a esse aspecto. Da mesma forma que F. associou a família a uma possibilidade de futuro melhor, atrelou também os estudos a esse ideal. Para ele, o fato de ter sido mais exigido em relação à escola pela família significou uma forma de cuidado, que elevou os estudos a uma categoria de maior importância em sua vida.

É importante notar, no entanto, que F. em sua volta para o abrigo, não se sentiu capaz de, sozinho, manter o ritmo de estudo que tinha no lar adotivo. Na descrição de como foi sua vida após esse período, ele acredita ter passado por um déficit nos estudos e, mais que isso, demonstrou ter vivido um período de estagnação em sua vida, como se tivesse apenas passado por ela, sem um maior comprometimento com o seu desenvolvimento: “... *eu fui*

vivendo, só crescendo, passando de série... e só indo nas médias. De vez em quando a gente lembra, né, que tem que ser melhor, tem que mudar essa situação e tirar umas notas melhores”.

Como dito anteriormente, no entanto, a subjetividade de F. se organizou de tal maneira que aponta para uma grande importância dos estudos para o sucesso na vida, o que fez com que esse tema tenha sido incluído no seu planejamento para o futuro. O resultado mais recente desse caminho foi a intensificação de sua preparação para prestar vestibular. Alguns apontamentos encontrados no completamento de frases também corroboram essa ideia, que aparece em quantidade considerável: *“Sofro: com a perda de tempo; Os estudos: e a minha correria de passar...; Minha principal ambição: é ir para o UniCEUB; Creio que minhas melhores atitudes são: os estudos; Considero que posso: estudar mais; A escola: é o que devo focar; Sinto: a falta de silêncio à noite para estudar; Penso que os outros: vivem aprendendo que nem eu”.*

Outro sentido subjetivo que se associa à construção de um futuro melhor, e que se mostra como consequência das experiências vividas por ele, é uma grande confiança nos adultos como pessoas que podem guiá-lo de forma apropriada. Como já exposto, F. acredita que seu maior erro na tentativa de adoção foi não saber lidar adequadamente com aqueles adultos, já que, no abrigo, só convivia com crianças. Acredita, também, que ele, em sua infância, se afastou dessas pessoas mais velhas, como explica: *“às vezes eu vivia uma infância que eu, por apanhar pra eles adquirir respeito da gente, eu adquiri medos deles pra fazer alguma coisa”.* Dessa forma, seu movimento depois que voltou a viver no abrigo foi o de se aproximar dos adultos, vencendo essa barreira que tinha constituído a fim de procurar maneiras mais confiáveis de adquirir conhecimento e de amadurecer, se interessando, assim, *“mais em ser amigo de um adulto que de uma criança boba”.*

Esse objetivo teve que ser alcançado, no entanto, fora do abrigo em que mora, já que, como dito acima, F. acredita que os profissionais do abrigo estão ali apenas cumprindo compromissos profissionais e não se envolvem emocionalmente com as crianças e a construção de suas vidas. Assim, uma das alternativas encontradas, mostrando que F. age criativamente como sujeito, foi aproveitar a oportunidade de aprender o máximo que conseguisse com os profissionais da empresa em que estagia, sempre em busca de um aprimoramento de sua maneira de se comunicar com os adultos. F. acredita, inclusive, que esse amadurecimento da comunicação já lhe rendeu frutos. Quando um amigo do abrigo foi adotado, o pai adotivo se aproximou também de F., acreditando que ele poderia ajudar na adaptação do filho na nova casa. E foi assim que F. conseguiu ser, de certa forma, integrado a essa família, passando os finais de semana com eles e tendo parte do apoio que deseja e que acreditava ter perdido com o fracasso de sua adoção.

Dessa forma, é possível afirmar que F. sente que direcionou sua vida para a construção de um futuro que considera mais satisfatório, se implicando ativamente nesse processo. Nas palavras dele, podemos notar a satisfação de se acreditar trilhando o caminho certo, mostrando ser subjetivamente saudável por poder ter atitudes que condizem com suas configurações subjetivas: *“com a família (...) essa grande oportunidade de mudar a minha vida de novo. No trabalho, aquele pessoal lá é uma equipe que... eu tô vivendo mais como um adulto. (...) eu tô aprendendo a ser adulto”*. E transformar-se em adulto, para F., adquiriu sentidos de vestir-se de uma série de características que ele acredita que o ajudarão em seu objetivo de construir, com suas próprias habilidades, o futuro que almeja. Durante a conversação foi possível perceber algumas dessas características, como, por exemplo, ter mais responsabilidade, ter consciência do que faz, saber corrigir seus próprios erros e ter uma maior capacidade de atenção e concentração. Assim, com a inserção nesses novos espaços – trabalho e família –, F. entra em contato com diferentes subjetividades sociais que, por sua

vez, mediam novas relações e conseqüentemente, novos sentidos serão incorporados à constituição subjetiva de F., transformando, assim, a sua subjetividade.

A experiência de não se sentir apto à vida junto aos adultos parece ter gerado uma configuração subjetiva que se estende por várias experiências durante a vida de F. Podemos citar mais um exemplo de como ela atua, expressando-se em sentidos de preocupação e responsabilidade em relação às crianças mais novas. Ele busca, da forma que pode, proporcionar às crianças do abrigo coisas que não teve em sua infância. Um exemplo disso é o modo como F. disponibiliza o dinheiro recebido em seu vale-refeição para os meninos da sua casa: *“Já levei uns três meninos lá na padaria comigo, já voltei, levei reclamação. Porque eles não têm isso. Eu quando era criança não tinha isso.”*. F. demonstra também uma vontade de fazer muito mais e de outras formas: *“Esse contato com outras crianças eu acho que eu fazia mais... se eu tivesse condição, sei lá, talvez... ajudar as crianças, né, que precisam.”* Além disso, F. tem planos de adotar uma criança, de dar *“uma oportunidade pra um filho que já é do mundo”*. Algumas respostas no completamento de frases também corroboram essa preocupação e responsabilidade para com os mais novos: *“Com frequência sinto: Que preciso ajudar; Eu prefiro: Ser bom; Esforço-me diariamente: Para ser um bom exemplo; Minhas aspirações: São os bons exemplos; O lar: Precisa de mais amor com o outro”*.

Vimos, então, que F. seguiu um caminho em que se responsabiliza por si e, também, por outras pessoas. Esse caminho que F. encontrou, de buscar sozinho a construção de sua vida, não está livre, no entanto, de dúvidas e inseguranças. Seu principal medo é justamente o de esses planos não serem concretizados, como aparece, por exemplo, no completamento de frases: *“Vai doer: se meus planos mudarem de direção”*. Nesse sentido, um medo que aparece por diversas vezes é o de perder tempo. Não há espaço para a perda de tempo quando há urgência e pressão para uma definição do que fazer em um futuro não tão distante, que

remete aos 18 anos e consequente saída do abrigo. Dessa forma, até um possível namoro é enquadrado em ter uma companheira fixa, já que se perde muito tempo olhando para mulheres que não vão resultar em algum relacionamento mais duradouro. Outra grande fonte de perda de tempo é a televisão, que F. considera que está “*me segurando demais*”.

Interessante notar que, apesar de ampla preocupação com os estudos e uma grande necessidade de não perder tempo e dar conta da sua vida por si próprio, F. não abre mão de alguns momentos de lazer. F. desenvolveu alta habilidade para desenhar, o que durante muito tempo representou para ele uma atividade extremamente prazerosa. Em alguns momentos, conta, inclusive, que usou essa habilidade como forma de ganhar algum dinheiro através da venda de alguns desenhos para seus colegas de trabalho. F., no entanto, acabou se afastando nos últimos tempos dessa atividade, que deu lugar a uma grande paixão que hoje existe em sua vida, a capoeira, da qual não abre mão, mesmo diante da necessidade de estudo, em seus únicos momentos livres do dia, já à noite, quando está de volta ao abrigo.

Como já dito, F. revelou durante as atividades realizadas alguns medos que permeiam a preparação e a concretização de seu futuro. O primeiro medo, já citado acima, é uma grande preocupação com a perda de tempo, como se F. enxergasse o tempo correndo contra ele. Essa preocupação é bastante congruente com seu momento de vida, já que ele sabe que em menos de um ano perderá grande parte do apoio que possui, que vem, em sua maioria, do abrigo. Outro medo demonstrado por ele é o de não conseguir dinheiro para se sustentar sozinho. F. está começando a lidar com dinheiro pela primeira vez, o que tem levado a uma produção de sentidos relacionados a isso. Ele tem se assustado com o preço das coisas, constatando que é necessário muito dinheiro para garantir o seu sustento. Essas novas experiências atuam implicando-o a tomar certas precauções, como, por exemplo, não se permitir nem pensar em constituir uma família em curto prazo, ao menos não antes de atingir certa solidez financeira. Ainda como consequência disso, decorre um medo de se relacionar, mesmo que se interesse

por alguma mulher, já que, em uma possível relação sexual F. não se sente protegido de situações que possa vir a atrapalhar seus planos: *“tá legal que pode usar camisinha, tá legal, mas acidentes acontecem”*.

Esse processo de subjetivação relativo a seu modo de lidar com o dinheiro também se expressa na necessidade de definir estratégias para a continuação de seus estudos. F. afirma que é necessário que ele estude, que conclua uma faculdade. No entanto, encontra-se em um momento de indefinição quanto a que curso seguir, dúvida essa comum a muitos adolescentes da sua idade. Essa dúvida, porém, no seu caso, é vivenciada como um medo, já que, como dito anteriormente, F. tem pressa para definir o seu futuro. Ele mostra, no entanto, que está disposto, apesar do medo, a construir com calma o seu caminho, adaptando suas estratégias sem abandonar seus planos, como podemos ver quando pensa sobre cursar uma faculdade pública ou particular: *“Não tem problema se eu não for bem. Se eu conseguir me organizar esse ano muito bem, estudando da maneira que eu planejo, eu vou persistir na pública. Se eu não conseguir, eu vou trabalhar mais, procurar mais ter um sustento, o meu lado financeiro um pouco maior pra pagar uma particular.”*. Resume, também, no completamento de frases: *“Eu caminho: Pra onde dá certo”*. Isso demonstra, mais uma vez, como sua psique trabalha de modo criativo, gerando alternativas para lidar com os impasses encontrados no caminho e gerando também, consequentemente, saúde.

Considerações Finais

Nessa pesquisa, buscou-se mostrar como um adolescente que vive em entidade de acolhimento pode se revelar como um sujeito ativo dentro desse espaço no qual está inserido. Não é possível que se defina, *a priori*, quais são os caminhos subjetivos que o sujeito irá trilhar, já que a vivência da experiência de morar em uma entidade de acolhimento expressa-se em diferentes sentidos para cada pessoa. Dessa forma, não há como afirmar que a experiência de morar em entidade de acolhimento seja necessariamente prejudicial à constituição da subjetividade.

Vale lembrar que o sujeito, mesmo estando institucionalizado, está inserido em vários outros espaços sociais, espaços esses em que é influenciado e também atua em suas modificações. Dessa relação dialética e recursiva, resulta a geração de novos sentidos subjetivos, que, por sua vez, reestruturam toda a configuração da subjetividade com a sua existência. As exigências atuais para as entidades de acolhimento vão no sentido de, cada vez mais, desinstitucionalizar seus moradores e, dessa forma, essas crianças passam a atuar, em seu local de moradia, comprometidas com cada vez mais sentidos subjetivos advindos de locais diferentes pelos quais passaram. Isso facilitaria novas opções que poderiam ser importantes fontes de desenvolvimento para essas crianças, se adequadamente orientadas.

Como se evidenciou no presente trabalho, situações que aparentemente são muito negativas para a pessoa, podem se transformar em situações de desenvolvimento para a criança. Essas crianças e adolescentes são, portanto, potencialmente, sujeitos ativos, que se diferenciam, se fazem únicos, individuais, diferentes de qualquer dos espaços sociais nos quais já tenham estado inseridos. Portanto, de acordo com essa visão, a entidade de acolhimento pode se transformar em um ambiente propício para o desenvolvimento, dependendo do posicionamento dos moradores como sujeitos mais ou menos ativos e

responsáveis pelo próprio desenvolvimento.

O adolescente estudado mostrou que, diante de novas subjetividades sociais como a escola, o trabalho e, principalmente, a convivência com o casal que o adotou, é possível o surgimento de novos sentidos subjetivos que impulsionem o caráter ativo e criativo da subjetividade, fazendo com que esse sistema seja um sistema gerador de saúde. Assim, não é possível afirmar que viver em entidades de acolhimento, por si só, seja um fator diretamente responsável pelo impedimento da criatividade do sujeito de gerar novos sentidos diante das situações a ele impostas.

Os sentidos que emergem podem se diferenciar da subjetividade social do espaço vivido no abrigo. Esse movimento é o que se espera do sujeito cuja psique gera saúde. Dessa forma, o funcionamento é baseado em uma relação dialética e recursiva entre o individual e o social, que resulta sempre em uma configuração diferente da configuração anterior de ambas.

Foi possível observar, ainda, que o adolescente estudado foi além e conseguiu diferenciar-se das representações sociais sobre as crianças que vivem em abrigos, seu desenvolvimento e seu futuro. Como visto no estudo teórico para essa pesquisa, ainda é vasto o número de autores que afirmam que o desenvolvimento é prejudicado de qualquer maneira, independente da pessoa em questão.

É possível afirmar que as representações sociais sobre crescer em abrigos influenciam o modo como os responsáveis pelo abrigo conduzem seu funcionamento, assim como influenciam também o modo como as cuidadoras sociais se relacionam com as crianças e adolescentes. Da mesma forma, não é possível negar a influência que as representações sociais exercem sobre essas próprias crianças e adolescentes, objetos dessas representações. Foi possível observar que o adolescente estudado apresenta essas representações quando acredita que a vida no abrigo é muito mais limitada em termos de condições de desenvolvimento do que a vida em família. Interessante notar que é justamente através dessa

crença que ele consegue encontrar um meio de se desenvolver de maneira mais satisfatória de acordo com os seus princípios.

As situações que F. passou e a forma como ele as vivenciou o levaram a experimentar sentidos subjetivos relacionados ao fracasso pessoal, inclusive um fracasso antecipado de seu futuro. Esses sentidos subjetivos podem colaborar para a estruturação da subjetividade de tal maneira que a geração de novos sentidos fique prejudicada e, conseqüentemente, o sujeito fique estagnado em sua condição atual, sem perspectiva de transformação. Não foi, no entanto, o que aconteceu no caso de F., que, por meio da produção de novos sentidos relacionados a si mesmo, se mostrou capaz de gerar novas alternativas e, criativamente, chegar a soluções que causam menos sofrimento e colaboram com o seu desenvolvimento.

Podemos ver, através do exemplo do caso de F., como é possível que um adolescente que vive e viveu sua vida inteira em entidades de acolhimento se constitua de forma que a configuração de sua subjetividade aponte no sentido de que ele não é somente um menino abrigado. A essa imagem, juntam-se também a de um trabalhador empenhado que busca aprender com os colegas de trabalho mais velhos ou, ainda, uma pessoa que se importa e se responsabiliza por parte dos cuidados com os moradores mais novos do abrigo, para citar dois exemplos. Assim, vemos que as pessoas possuem condições de produzir sentidos subjetivos que as direcionam ao crescimento e desenvolvimento, mesmo que em condições potencialmente adversas.

O adolescente estudado demonstrou ter projetos para o futuro e também a capacidade de atualizá-los, quando necessário. Também demonstra conseguir atuar gerando recursos para a concretização desses projetos, sempre em busca de uma modificação da sua realidade social, econômica e, inclusive, afetiva. Esses são exemplos de saúde expressos por F., são exemplos de dinamismo de sua subjetividade que, pela facilitação da criação de novos sentidos, reforçam sua condição de sujeito ativo e criativo.

Assim, podemos concluir que a capacidade criadora do sujeito está relacionada aos seus sentidos subjetivos em relação ao futuro e, conseqüentemente, à sua capacidade de geração de outros novos sentidos, trazendo à subjetividade do sujeito uma nova configuração. Da mesma forma, afirmamos que existem outros casos em que, diante de uma realidade limitadora, os sujeitos não irão produzir sentidos capazes de envolvê-los em uma transformação significativa dessa sua realidade. A universalização das formas de constituição subjetiva não considera a singularidade dos processos que levam as crianças e os adolescentes abrigados a uma forma diferente de existência, desconsiderando o sujeito envolvido no problema e sua capacidade criativa e geradora de alternativas psicológicas.

Portanto, afirmamos que é possível que esses adolescentes se constituam enquanto sujeitos de forma que facilite a geração de alternativas psicológicas saudáveis. E é igualmente possível, também, que a subjetividade configurada dificulte a geração dessas alternativas, transformando-se em uma psique geradora de danos. As formas de subjetivação em relação ao futuro estarão também atreladas a essa complexa organização. A capacidade criadora é condição essencial para que se pense no futuro e que se faça projetos em relação ele. E é dessa forma, também, portanto, que se dá a ruptura dos limites que o contexto social apresenta e o surgimento de novas opções de ação.

Assim, acreditamos que o conhecimento dos processos de subjetivação quanto ao futuro é um importante aliado na busca do incentivo a esses adolescentes para que se tornem cada vez mais ativos na construção de suas próprias subjetividades. Esperamos que as discussões levantadas por essa pesquisa possam colaborar para a melhoria das condições que as entidades de acolhimento oferecem para seus moradores, de modo a respeitar sua singularidade e sua autonomia, tornando-os, assim, cada vez mais responsáveis por suas próprias escolhas.

As pesquisas em torno da Teoria da Subjetividade de González Rey (2003, 2005,

2007) tem procurado difundir uma visão que foge de normatizações e consequentes rótulos associados a pessoas que experienciam determinadas situações em suas vidas. Visto que o modelo que entende que não é possível pensar em um desenvolvimento satisfatório para crianças e adolescentes abrigados ainda encontra grande força entre os profissionais envolvidos, no entanto, recomendam-se mais pesquisas que objetivem dar visibilidade a um sujeito singular e criativo.

Referências

- Arpini, D. M. & Quintana, A.M. (2003). Identidade, família e relações sociais em adolescentes de grupos populares. *Estudos de Psicologia*, 20 (1), 27-36
- Borba, R. C. A. G. (2008). A Institucionalização de crianças e adolescentes e o direito à convivência familiar e comunitária: Um panorama da cidade do Rio Grande. *Conhecimento sem fronteiras XVII Congresso de iniciação científica X Encontro de pós-graduação*.
- Castro, L. R. (2001). *Crianças e Jovens na Construção da Cultura*. Rio de Janeiro: Nau Editora.
- Cavalcante, L. I. C., Magalhães, C. M. C. & Pontes, F. A. R. (2007). Institucionalização precoce e prolongada de crianças: discutindo aspectos decisivos para o desenvolvimento. *Aletheia*, 25, 20-34.
- Cuneo, M. R. (2009). Abrigamento prolongado: Os filhos do esquecimento. A institucionalização prolongada da criança e as marcas que ficam. *Censo da população infantojuvenil abrigada no estado do Rio de Janeiro*, 415-432.
- González Rey, F. (1997). Psicologia e Saúde: desafios atuais. *Psicologia: reflexão e crítica*, 10, 275 – 288.
- González Rey, F. (2001) La categoría de sentido subjetivo y su significación en la construcción del pensamiento psicológico. *Revista Contrapontos*, 2, 13-28.
- González Rey, F. (2002). *Pesquisa qualitativa em psicologia: caminhos e desafios*. São Paulo: Thomson.
- González Rey, F. (2003). *Sujeito e Subjetividade: uma aproximação histórico-cultural*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning.
- González Rey, F. (2004). *Personalidade, Saúde e Modo de Vida*. São Paulo: Thomson

Learning.

- González Rey, F. (2005). *Pesquisa qualitativa e subjetividade: os processos de construção da informação*. São Paulo: Cengage Learning.
- González Rey, F. (2007). As categorias de sentido, sentido pessoal e sentido subjetivo: sua evolução e diferenciação na teoria histórico-cultural. *Psicologia da Educação*, 24, 155-179.
- González Rey, F. (2011). Relatório ao CNPq. De bolsa de produtividade em pesquisa.
- Günther, I. A. & Günther, H. (1998). Brasília pobres, Brasília ricas: perspectiva de futuro entre adolescentes. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 11 (2), 1-21.
- Jauczura, R. (2008). Abrigo para crianças e adolescentes como medida de proteção: uma controvérsia. *Rev. Pol. Públ.* 1 (12), 99-106.
- Jesus, M. F. & Menezes, I. (2010). A experiência de sem-abrigo como promotora de empoderamento psicológico. *Análise Psicológica*, 3 (28), 527-535.
- Leite, M. M. (1996). O óbvio e o contraditório da Roda. In M. Priore, *História da Criança no Brasil*. São Paulo: Contexto.
- Machado, V. R. (2011). A atual política de acolhimento institucional à luz do estatuto da criança e do adolescente. *Serv. Soc. Rev*, 2 (13), 143-169.
- Mendes, J. (n.d). Juventude e tempo presente: Contribuições teórico-metodológicas. Recuperado em 10 novembro, 2012, de <http://www.ufjf.br/nugea/files/2010/09/artigo-1.pdf>
- Mendes, J. T. N. (n.d.). O tempo presente e o projeto de vida dos jovens pobres. Recuperado em 10 novembro, 2012, de <http://www.ufjf.br/nugea/files/2010/09/confer%C3%BD%C3%BDncia.pdf>
- Oriente, I. & Souza, S. M. G (2007). Viver em abrigo: com a palavra, a criança. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 2 (1), 106-129.

- Poletto, M., Koller, S. H. & Dell’Aglío, D. D. (2009). Eventos estressores em crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social de Porto Alegre. *Ciência & Saúde Coletiva*, 14(2), 455-466.
- Rizzini, I. & Rizzini, I. (2004). *A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente*. São Paulo: Loyola.
- Sawaia, B. B. (2009). Psicologia e desigualdade social: uma reflexão sobre liberdade e transformação social. *Psicologia & Sociedade*, 21 (3), 364-372.
- Schueler, A. F. M. (n.d.). Internatos: Asilos e instituições disciplinares na história da educação brasileira. Recuperado em 10 novembro, 2012, de https://docs.google.com/viewer?a=v&q=cache:O5CDJEglU_0J:www.revistacontemporanea.fe.ufrj.br/index.php/contemporanea/article/download/72/64+&hl=pt-BR&gl=br&pid=bl&srcid=ADGEESjjsfkeyoNWy_buAuL_BLwu2_gAJfX-z1KEeeqEGBFbw9tpFHBjYlWQaWNN_6mMEbjktIII5hY-xPFzNpL74x3zWjcLL8WCmExiyS9yFyOvLk6eEnR3m-EZps_824eTux7uaAhY&sig=AHIEtbQpwrI4NJFAyZ-F1YdqZDS5DdEyXA
- Silva, R. C. O. (n.d.). O sujeito na infância: Quando a visibilidade produz exclusão. Recuperado em 10 novembro, 2012, de <http://www.antropologia.com.br/tribo/infancia/SUJEIT~1.pdf>
- Simões, C. (2009). *Curso de direito do serviço social*. São Paulo: Cortez.
- Wolff, P. H. & Fesseha, G. (1998). The Orphans of Eritrea: Are Orphanages Part of the Problem or Part of the Solution? *The American Journal of Psychiatry*, 155, 1319-1324. Recuperado em 10 novembro, 2012, de <http://ajp.psychiatryonline.org/article.aspx?articleID=173039>

Anexos

Anexo A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE - Adolescente

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) como voluntário(a) a participar da pesquisa **Adolescentes abrigados: diferentes formas de subjetivação frente ao futuro**, referente ao trabalho de conclusão do Curso de Psicologia do Centro Universitário de Brasília - UniCEUB. A sua participação consiste em entrevistas individuais e em grupo. As atividades serão gravadas em áudio e o material escrito produzido será utilizado para fins de divulgação acadêmica.

Os pesquisadores irão tratar a sua identidade com padrões profissionais de sigilo. Ninguém será identificado(a) em nenhuma publicação que possa resultar deste estudo. Uma cópia deste consentimento livre e esclarecido será arquivada pelos pesquisadores e outra será fornecida a você.

O objetivo desse estudo consiste em explicar possíveis diferentes processos de subjetivação do futuro por adolescentes em condição de abrigo. Essa pesquisa é orientada pelo Prof. Dr. Fernando González Rey, que pode ser encontrado na referida instituição.

Você será esclarecido(a) sobre a pesquisa em qualquer aspecto que desejar. Você é livre para não autorizar sua participação, retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento. A participação é voluntária e a recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade ou perda de benefícios e, ainda, não causará nenhum tipo de constrangimento.

Esse estudo possui baixo risco de provocar algum tipo de problema de ordem psicológica nos participantes. No entanto, caso algum dano seja identificado, os participantes terão total amparo por parte da pesquisadora, tendo direito a atendimento psicológico individual realizado por essa sob supervisão do professor orientador. O acompanhamento psicoterápico será mantido até que, em consenso, a pesquisadora e o participante envolvido decidam que os conflitos foram resolvidos.

Ao término da construção dos resultados da pesquisa, esses poderão ser solicitados por meio do contato direto com a pesquisadora ou por meio de correspondência eletrônica.

Dúvidas sobre o projeto e sobre sua participação poderão ser esclarecidas através do endereço eletrônico *thais.polonio@gmail.com*.

Estudante pesquisadora: Thais Polonio Ribeirinho

CONSENTIMENTO DE PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO SUJEITO

Eu, _____, RG _____, fui informado(a) dos objetivos da pesquisa acima de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que em qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão se assim o desejar. Em caso de dúvidas poderei contatar a estudante *Thais Polonio Ribeirinho* ou o professor orientador *Fernando González Rey*. Declaro que recebi os esclarecimentos sobre a execução da pesquisa e que autorizo a minha participação.

Brasília, _____ de _____ de _____

Participante

Fernando González Rey, telefone

Thais Polonio Ribeirinho, celular

Anexo B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE – Responsável**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Srs. Pais e/ou Responsáveis

Seu filho(a) está sendo convidado(a) como voluntário(a) a participar da pesquisa **Adolescentes abrigados: diferentes formas de subjetivação frente ao futuro**, referente ao trabalho de conclusão do Curso de Psicologia do Centro Universitário de Brasília – UniCEUB. A participação do seu filho consiste em participar de entrevistas. As atividades serão gravadas em áudio e o material escrito produzido será utilizado para fins de divulgação acadêmica.

O objetivo desse estudo consiste em explicar possíveis diferentes processos de subjetivação do futuro por adolescentes em condição de abrigo. Essa pesquisa é orientada pelo Prof. Dr. Fernando González Rey, que pode ser encontrado na referida instituição.

Você será esclarecido(a) sobre a pesquisa em qualquer aspecto que desejar. Você é livre para não autorizar a participação de seu filho, retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento. A participação é voluntária e a recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade ou perda de benefícios. Informamos que será explicado ao seu filho que não há obrigatoriedade na participação e que também a decisão de optar pela não participação na pesquisa será respeitada, sem que isso lhe cause qualquer tipo de constrangimento.

Esse estudo possui baixo risco de provocar algum tipo de problema de ordem psicológica nos participantes. No entanto, caso algum dano seja identificado, os participantes terão total amparo por parte da pesquisadora, tendo direito a atendimento psicológico individual realizado por essa sob supervisão do professor orientador. O acompanhamento psicoterápico será mantido até que, em consenso, a pesquisadora e o participante envolvido decidam que os conflitos foram resolvidos.

Os pesquisadores irão tratar a sua identidade e a identidade do seu filho com padrões profissionais de sigilo. Ninguém será identificado(a) em nenhuma publicação que possa resultar deste estudo. Uma cópia deste consentimento livre e esclarecido será arquivada pelos pesquisadores e outra será fornecida a você.

Ao término da construção dos resultados da pesquisa, esses poderão ser solicitados por meio do contato direto com a pesquisadora ou por meio de correspondência eletrônica.

Dúvidas sobre o projeto e sobre sua participação poderão ser esclarecidas através do endereço eletrônico *thais.polonio@gmail.com*.

Estudante pesquisadora: Thais Polonio Ribeirinho

CONSENTIMENTO DE PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO SUJEITO

Eu, _____, RG _____, fui informado(a) dos objetivos da pesquisa acima de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que em qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão se assim o desejar. Em caso de dúvidas poderei contatar a estudante *Thais Polonio Ribeirinho* ou o professor orientador *Fernando González Rey*. Declaro que recebi os esclarecimentos sobre a execução da pesquisa e que autorizo a participação do meu filho, _____.

Brasília, _____ de _____ de _____

Pais e/ou Responsáveis

Prof. Dr. Fernando González Rey, telefone

Thais Polonio Ribeirinho, celular

Anexo C – Completamento de Frases

Complete as frases com a primeira ideia que vier à cabeça.

1. Sempre quis _____
2. Meu maior prazer _____
3. Não posso _____
4. Sofro _____
5. Esforço-me diariamente _____
6. Quero saber _____
7. O tempo mais feliz da minha vida _____
8. Gosto _____
9. Os estudos _____
10. Infelizmente não posso _____
11. Minha família para mim _____
12. Minhas aspirações _____
13. Eu prefiro _____
14. Fracassei _____
15. Gostaria _____
16. Meu maior temor _____
17. Na escola _____
18. A leitura _____
19. Meu futuro _____
20. Não consigo _____
21. Estou melhor quando _____
22. Espero _____
23. Meus compromissos _____
24. Vai doer _____
25. Algumas vezes _____
26. Eu _____
27. Meu maior problema é _____
28. Amo _____
29. Minha principal ambição _____

30. O que mais quero _____
31. Creio que minhas melhores atitudes são _____
32. A felicidade _____
33. Considero que posso _____
34. A escola _____
35. Dói _____
36. Meu maior desejo _____
37. É muito difícil para mim _____
38. Os adultos _____
39. Tentarei conseguir _____
40. Muitas vezes reflito sobre _____
41. Minha infância _____
42. Eu caminho _____
43. Com frequência sinto _____
44. Minha opinião _____
45. Quero _____
46. O lar _____
47. Nunca vou conseguir _____
48. Os idosos _____
49. Sinto _____
50. Quando tenho dúvidas _____
51. Tenho que _____
52. No futuro _____
53. Quando estou sozinho _____
54. Nas minhas folgas _____
55. Meus amigos _____
56. É difícil _____
57. Sempre que posso _____
58. As pessoas _____
59. Amanhã _____
60. Para mim _____
61. Penso que os outros _____
62. Vou ter _____